



CONGRESSO NACIONAL

MPV 785  
ETIQUETA  
00190

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 10/07/2017	<b>Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017</b>			
<b>Autor</b> <b>Deputado Ságuas Moraes</b>			<b>Nº do Prontuário</b>	
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				
<p><b>Suprima-se o § 7º do art. 6-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A MP, se pretende emprestar alguma contribuição mais efetiva aos serviços públicos prestados por profissionais estratégicos como professores e médicos, precisa ser mais específica e determinada.</p> <p>A supressão melhor se coaduna à necessária política nacional de formação dos profissionais da educação e na direção de consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, nos termos do que sugere a meta 15 do Plano Nacional de Educação, especialmente a Estratégia 15.2:</p> <p style="padding-left: 40px;">15.2) consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;</p> <p>Ademais, não há razão para restringir financiamentos contratados articulados à estímulos e medidas de apoio à docentes e médico integrante de equipe da saúde da família somente até o segundo semestre de 2017.</p> <p>Assim, deixa-se aberta a possibilidade de abatimento mensal em contratos futuros, de 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período dos estudantes que exercerem as profissões de professor em efetivo exercício na rede pública de educação básica e médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada.</p>				
<b>PARLAMENTAR</b>				

CD/17375.11621-41

Dep. Pedro Uczai  
PT-SC

Dep. Ságuas Moraes  
PT- MT

Dep. Angelim  
PT- AC

Dep. Leo de Brito  
PT- AC

Dep. Maria do Rosário  
PT- RS



CD/17375.11621-41